

PARA ONDE VAI A EDUCAÇÃO AMBIENTAL? O CENÁRIO POLÍTICO-IDEOLÓGICO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL BRASILEIRA E OS DESAFIOS DE UMA AGENDA POLÍTICA CRÍTICA CONTRA-HEGEMÔNICA¹

Philippe Pomier Layrargues²

Introdução: crise e contradição na Educação Ambiental

Alinhado teoricamente com as reflexões de Trein (2007) acerca da contribuição do pensamento marxista à Educação Ambiental, para facultá-la na sua práxis o poder da superação da alienação provocada pela ideologia dominante, o presente ensaio tem o propósito de, partindo da noção de Campo Social de Bourdieu (2001, 2004), *problematizar a questão da categorização das correntes de pensamento no Campo Social da Educação Ambiental*, tema de grande importância acadêmica e política e que, apesar de se impor na atualidade do processo de amadurecimento do Campo Social da Educação Ambiental, ainda está inexpressivamente abordado em termos teóricos. A ideia que se quer debater é a de que a Educação Ambiental brasileira está vivendo um período de *crise de identidade*, que se manifesta por meio de dois processos: primeiro, na *contradição entre teoria e prática* que se verifica em diversas expressões concretas da vivência pedagógica da Educação Ambiental, contradição essa que separa os princípios e diretrizes internacionalmente consolidadas como corpo teórico conceitual e metodológico definidor do pensar e fazer a Educação Ambiental (Loureiro, 2004; Lima 2011) daquilo que realmente vem sendo experimentada nas ações pedagógicas concretas, contradição essa que *continuamente afasta sua práxis da radicalidade da crítica anticapitalista*; segundo, na dificuldade de se *superar o pensamento e ação pragmática atualmente hegemônica na Educação Ambiental, em especial na sua dimensão Informal, vivenciada nos meios de comunicação midiáticos em geral*.

Essa crise de identidade teria origem, na perspectiva da contradição entre teoria e prática, na *armadilha paradigmática* da Educação Ambiental (Guimarães, 2006), muitas vezes associada à modernização conservadora que ideologicamente captura intencionalidades político-pedagógicas manifestadas como críticas, mas contraditória e ingenuamente exercitando sua

¹ Agradecimentos à turma do II Curso de Formação em Educação Ambiental na Gestão Pública da Biodiversidade do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

² Professor Adjunto da Universidade de Brasília. Contato: philippe.layrargues@gmail.com

práxis de modo pragmático ou conservacionista; já na perspectiva da hegemonia do pragmatismo na Educação Ambiental Informal, essa crise de identidade seria mesmo intencional, pois se trata da voz ideológica dominante valendo-se do artifício da propaganda cultural para reproduzir seus valores e práticas.

Na medida em que a Educação Ambiental se afasta do seu potencial crítico, cristaliza-se no senso-comum do que venha a ser essa prática educativa, a concepção de que ela realmente seja importante para a instauração da cultura da sustentabilidade; embora, do ponto de vista crítico, esse papel social esperado para a Educação Ambiental seja simplista e ingênuo, porque, na ausência ou na superficialidade da análise crítica do sistema, assume um projeto societário reformista totalmente em sintonia com o processo civilizatório liberal e conservador. Essa Educação Ambiental não estaria preocupada também em refletir e intervir sobre as origens e causas da crise ambiental, apenas em combater suas manifestações mais visíveis e diretas. Assim, a Educação Ambiental não seria outra coisa que apenas mais um dos tantos instrumentos ideológicos de reprodução social do atual modelo societário para manter-se essencialmente inalterado. A própria Educação Ambiental teria sido aprisionada pelo poder de controle e dominação, tendo seu potencial de questionamento silenciado. Será que se deixou por tempo demais que o senso comum da percepção da Educação Ambiental fosse transfigurado, conduzindo sua percepção para sentidos não comprometedores do sistema?

Nesse sentido, esse texto pode ser considerado como um manifesto em defesa da necessidade de se pensar a Educação Ambiental a partir de sua perspectiva político-pedagógica crítica.

Organizada a reflexão em três blocos encadeados e que procuram contextualizar a problemática levantada para situar a conjuntura do enquadramento analisado; no primeiro momento, apresentamos o contexto político-pedagógico do Campo Social da Educação Ambiental, procurando classificar as características, visões de mundo, valores, conceitos, expectativas societárias, práticas e políticas, e as singularidades de cada uma das três macrotendências da Educação Ambiental, para que esse quadro teórico sirva como um parâmetro metodológico capaz de avaliar o grau de pertencimento de cada perspectiva político-pedagógica da Educação Ambiental à ideia anticapitalista da transformação social.

No segundo momento, trazemos a interpretação do cenário atual das macrotendências da Educação Ambiental no tecido social brasileiro: a intenção aqui é de se conferir e aplicar o enquadramento teórico dessas macrotendências político-pedagógicas na identificação e mapeamento da sua vivência no real: onde esses tipo ideais weberianos (Weber, 1999) das

macrotendências podem se materializar no interior da sociedade, quem são seus protagonistas, em quais grupos sociais e instituições manifestam seus enunciados e reproduzem seus sentidos. A busca aqui é pela leitura atenta ao exercício dos potenciais poderes políticos na ocupação do Campo Social da Educação Ambiental, para se debater quem ocupa as posições de hegemonia e contra-hegemonia gramsciana (Gramsci, 1987) e que relações podem ser estabelecidas no diálogo com as disputas pela hegemonia no Campo Social do Ambientalismo. Quais dessas macrotendências afastam-se ou aproximam-se da *radicalidade da crítica anticapitalista* (Chesnais, 2010) é a questão motivadora dessa reflexão.

No terceiro e último bloco contextualizador, procura-se analisar a dinâmica geopolítica e econômica brasileira e sua relação com a pauta ambiental: a meta aqui é de apresentar um quadro panorâmico do movimento político e econômico no sistema capitalista mundial, para subsidiar a análise sobre o enfrentamento político-ideológico entre as forças desenvolvimentistas e aquelas da sustentabilidade, para ter-se uma noção básica da magnitude do desafio a empreender pelas forças políticas progressistas.

Finalmente, a título conclusivo, levantamos alguns apontamentos iniciais do que esperar da Educação Ambiental Crítica em tempos de Rio+20 e Economia Verde: qual pode ser a agenda política comum, que dê sinergia e potência de ação não apenas para os protagonistas da Educação Ambiental Crítica, que precisam encontrar meios de superar a contradição neste Campo Social, mas especialmente para todos aqueles engajados na luta por um mundo sustentavelmente democrático e justo. A partir da análise do quadro atual e tendencial, que elementos prováveis de uma estratégia política podem ser convocados para guiar uma ação coletiva, sinérgica, na direção desse enfrentamento mútuo da contradição interna da Educação Ambiental e na articulação externa com outros vetores afinados com a transformação social por outro projeto societário.

O Contexto político-pedagógico do Campo Social da Educação Ambiental

Layrargues e Lima (2011) apresentaram um quadro teórico inicial em que a ideia era criar uma lógica classificatória para compreender os sentidos político-pedagógicos das principais correntes de pensamento da Educação Ambiental. Essa tarefa deveria reunir a maior quantidade de características identitárias possível, dar conta de qualificar essas características com a maior clareza e objetividade possível, permitir a compreensão das visões de mundo, valores, conceitos, expectativas societárias e políticas e as singularidades de cada uma das três

macrotendências da Educação Ambiental; tudo isso sem simplificar a realidade e sem perder de vista o contínuo dinamismo que dá o movimento vivo do processo de amadurecimento de uma estrutura social como é o Campo Social da Educação Ambiental.

A noção de tipo ideal weberiano é a perspectiva que melhor atende a esse propósito e, nesse sentido, é importante frisar que, com relação à simplificação da realidade que toda tentativa classificatória invariavelmente comete, esse é um esforço de abstração com propósitos didáticos, para se gerar autoconhecimento na Educação Ambiental. Ou seja, o tipo ideal aqui apresentado evidentemente não mantém relação direta com a realidade tal qual ela é, mas sim como se apresenta: com sua representação figurada, simbólica, é a agregação de todas as características identitárias dentro de um conjunto que delimita o contorno exato do perfil de cada uma das categorias analisadas na classificação, criando um modelo imediatamente definidor daquela realidade representada.

Já quanto à questão do dinamismo que move o processo de amadurecimento da Educação Ambiental, é importante manter atenção à trajetória histórica de surgimento, desenvolvimento, expansão, consolidação, estagnação ou qualquer outro sinal de movimento, de cada uma das correntes de pensamento na Educação Ambiental, assumindo-se a necessidade de se revisitar periodicamente esse quadro conceitual classificador dos tipos ideais das correntes de pensamento político-pedagógico na Educação Ambiental, com o intuito de revisá-lo e atualizá-lo em função de sua dinâmica que lhe é intrínseca, no contínuo processo de amadurecimento.

A motivação inicial para se empreender tal tarefa vem no sentido de contribuir com a ordenação das tipologias atualmente empregadas nesse esforço definidor das correntes de pensamento na Educação Ambiental: para os educadores ambientais presentes no núcleo central do Campo Social da Educação Ambiental desde as primeiras gerações, ou para aqueles que, mesmo havendo ingressado no campo mais tardiamente, mas já portando olhares sociológicos e preocupações políticas, houve um tempo em que não foi mais possível dizer que a práxis da Educação Ambiental se conjugaria no singular, como algo homogêneo, uniforme, unidimensional. Suas intencionalidades pedagógicas e intervenções práticas multiplicaram-se numa enorme diversidade de opções, segundo as crenças, valores e conceitos sobre Estado, Poder, Política, Ética, Sociedade, Desenvolvimento, Educação, Natureza, Meio Ambiente, Sustentabilidade. A partir desse momento histórico que se situa no início dos anos 90, no marco da Rio 92; diversas nomenclaturas definidoras começaram a

adjetivar a Educação Ambiental. segundo outro atributo diferenciador daquilo que seria fundamental conter na sua práxis; atributo diferenciador porque se trata de uma relação dialética que se dá no encontro de uma expectativa de um projeto societário não correspondida como expressão última dos fins da Educação Ambiental: é no descontentamento com uma Educação Ambiental com um determinado perfil incomodamente cristalizado no senso comum da sociedade e de muitos processos de Educação Ambiental Formal, Não Formal mas especialmente Informal, que são forjadas tais atualizações definidoras. E assim surgiram novas denominações para expressar os novos sentidos que se pretendia dar à Educação Ambiental. Ocorre que, ao longo de pouco mais de uma década, já podiam ser contabilizados tantas nomenclaturas definidoras da práxis da Educação Ambiental (Layrargues, 2004), que a clara e imediata identificação de seus sentidos tornou-se praticamente impossível. Em outras palavras, para quem pertence ao Campo Social da Educação Ambiental, ao invés de facilitar o reconhecimento identitário da Educação Ambiental, tornou-se um problema conseguir identificar com segurança as semelhanças e diferenças internas. A visualização das diferenças internas, ao permitir a relação de alteridade com o Outro, seria o caminho do aumento de clareza das identidades político-pedagógicas da Educação Ambiental, mas essa tarefa se mostrou suficientemente delicada de se fazer, em função das inúmeras variáveis em jogo, e em função das fortes similaridades encontradas em várias dessas novas nomenclaturas.

O fato é que a distinção das diferenças ainda não era nítida. E se, para os atores sociais da Educação Ambiental, a Educação Ambiental ficou confusa com tantas novas adjetivações; para a sociedade, a Educação Ambiental aparece como uma práxis unidimensional, indistinta, que tem como função óbvia a criação da “consciência ecológica nas pessoas”, seja por meio do encantamento com a natureza, seja por meio das mudanças de comportamentos individuais diante do consumo e da geração de resíduos. É então, para somar esforços à tarefa de desmistificar esse senso-comum, que encontramos outra motivação para empreender esse esforço classificatório das diferentes opções político-pedagógicas da Educação Ambiental, em concordância com as preocupações manifestadas por Carvalho (2009) acerca dos riscos desse processo.

A seguir, trazemos algumas características que compõem o quadro conceitual dos tipos ideais das três macrotendências político-pedagógicas da Educação Ambiental (Layrargues e Lima, 2011):

A *macrotendência Conservacionista* se expressa, sobretudo, por meio das correntes conservacionista, naturalista, da Alfabetização Ecológica e do Movimento *Sharing Nature*; atualizou-se desde a virada do século, ampliando-se sob outras expressões que vinculam a Educação Ambiental à “pauta verde”, como ecoturismo, trilhas interpretativas, biodiversidade, unidades de conservação, biomas específicos, escotismo e observação de aves, algumas dinâmicas agroecológicas e de senso percepção. Atualizou-se ainda mais recentemente, com as motivações educadoras presentes no âmbito dos esportes de aventura, via de regra praticado em ambientes naturais, quando não em áreas protegidas ou unidades de conservação. Apóia-se nos fundamentos científicos e princípios filosóficos da ecologia, a exemplo da Biomimetismo (Benyus, 1997), no pensamento ecossistêmico, na valorização da dimensão afetiva, em relação à natureza, no desenvolvimento humano e na mudança do comportamento individual, em relação ao ambiente baseada no pleito por uma mudança cultural que relativize o antropocentrismo, em direção ao ecocentrismo. Mantém relação com filosofia da natureza, ecologia profunda, eco-espiritualidade.

A *macrotendência Pragmática* abrange as correntes da Educação para o Desenvolvimento Sustentável e para o Consumo Sustentável; responde à “pauta marrom” por ser urbano-industrial, antes focada no lixo, coleta seletiva e reciclagem dos resíduos, se amplia na virada do século para o Consumo Sustentável e atualmente converge com os temas da Mudança Climática e da Economia Verde. Apóia-se nas tecnologias limpas, ecoeficiência empresarial, sistemas de gestão ambiental, criação de mercados verdes (como o mercado de carbono), serviços ecossistêmicos, racionalização do padrão de consumo, impacto zero, criação de indicadores de sustentabilidade (como a “pegada ecológica”), entre outros. Mantém relação com Agenda 21, Ecodesign, arquitetura, urbanismo e administração sustentáveis, empregos verdes e ecotrabalho.

A *macrotendência Crítica* abrange as correntes da Educação Ambiental Popular, Emancipatória, Transformadora e no Processo de Gestão Ambiental, praticamente variações sobre o mesmo tema (Loureiro, 2012). A Ecopedagogia (Avanzi, 2004; Gadotti, 2000; Gutiérrez e Prado, 1999) é uma vertente que possui elementos que a aproxima dessa macrotendência. É a única das três macrotendências que declara explicitamente o pertencimento a uma filiação político-pedagógica. É importante frisar esse aspecto, porque esse pode ser um sintoma de que a posição na relação de poder dentro do Campo Social ocupada pela macrotendência Crítica seja mesmo de contra-hegemonia, pois via de regra,

sempre se demarca a diferença a partir da lógica do descontentamento em oposição ao poder dominante. Construída em oposição às vertentes conservadoras no início dos anos 90, é resultado da insatisfação com o predomínio de práticas educativas sempre pautadas por intencionalidades pedagógicas reducionistas, que investiam apenas em crianças nas escolas, em ações individuais e comportamentais no âmbito doméstico e privado, de forma a-histórica, apolítica, conteudística, instrumental e normativa. Se nutre do pensamento Freireano, Educação Popular, Teoria Crítica, Marxismo e Ecologia Política. Por ter forte viés sociológico, introduz conceitos-chave como Política, Ação Coletiva, Esfera Pública, Cidadania, Conflito, Democracia, Emancipação, Justiça, Transformação Social, Participação e Controle Social, entre outros. Tem na intervenção político-pedagógica dos casos de Conflitos Socioambientais a sua identidade exclusiva em relação às macrotendências anteriores: é esse o “tema-gerador” por definição da Educação Ambiental Crítica, aquele que lhe é específico por natureza, pois lhe permite expressar sua lógica em total plenitude.

Em grande medida, essas três macrotendências identificadas e nomeadas por Layrargues e Lima (2011) como *Conservacionista*, *Pragmática* e *Crítica* possuem um alinhamento conceitual e epistemológico com aquelas encontradas por Tozoni-Reis (2004) ainda no Campo Social da Educação Ambiental, respectivamente a *Natural*, *Racional* e *Histórica*; e também no Campo Social do Ambientalismo por Martinez-Alier (2007), respectivamente o “*culto ao silvestre*”, o “*evangelho da ecoeficiência*” e o “*ecologismo dos pobres*”. Apesar das diferentes nomenclaturas adotadas, essa similaridade possivelmente aponta para uma perspectiva analítica comum consolidando-se como um modelo explicativo para os tipos ideais do Campo do Ambientalismo e da Educação Ambiental, em relação ao seu caráter crítico e transformador da realidade.

Mas a questão de fundo aqui é identificar quais dessas três macrotendências afastam-se ou aproximam-se da radicalidade da crítica anticapitalista, quais delas apresentam as melhores condições para, por meio de sua práxis, pautar-se pela intencionalidade político-pedagógica de problematizar a realidade e intervir nela para construir um projeto societário alternativo, na perspectiva, apontada por Leroy e Pacheco (2006), de realçar o papel que a Educação possui na construção da crise, oferecendo as bases para um novo projeto civilizatório.

O fazer educativo da *macrovertente Conservacionista* possui um caráter potencialmente empobrecedor, que se expressa na adoção de uma perspectiva estrita ou majoritariamente ecológica dos problemas ambientais, pois como a questão de fundo aqui a enfrentar é a

mudança da cultura e do paradigma antropocêntrico e cartesiano ao ecocêntrico e ecossistêmico, qualifica-se o Ser Humano destituído de qualquer recorte social, considera-o exclusivamente na sua condição de espécie biológica. Os sujeitos humanos aparecem indistintos, abrigados sob a generalização da “humanidade”, igualmente responsável e vítima da crise ambiental atual. O problema seria o impacto “antrópico”, do ser humano abstrato, sem qualquer relação com as práticas sociais. Essa proposta de mudança cultural e paradigmática é reconhecidamente relevante, mas dificilmente pode ser concretizada sem que também se transformem as bases econômicas e políticas da sociedade. Por não incorporar as posições de classe e as diferentes responsabilidades dos atores sociais enredados na crise, essa macrotendência distancia-se das dinâmicas sociais, políticas e ideológicas e seus respectivos conflitos de interesses e de poder que são indissociáveis da dinâmica da crise ambiental. Com essas características, a macrotendência Conservacionista não parece possuir os elementos necessários para o questionamento da estrutura social vigente; aceita-a tolerando seus aspectos incômodos e evitando a radicalidade da crítica anticapitalista. Ao reduzir a complexidade do fenômeno socioambiental, essa macrotendência se aproxima de uma prática educativa conservadora, com limitado potencial de somar-se às forças que lutam pela transformação social para um projeto societário alternativo.

Também a *macrotendência Pragmática* possui um potencial caráter empobrecedor de sua prática, que se expressa por meio de duas características complementares: primeiro, a incessante busca por *ações* factíveis que tragam resultados concretos, embora dentro de um limite que não ultrapassa a fronteira do realismo político, do economicamente viável, da conservação do *status quo*, que na Educação Ambiental se enquadra na perspectiva da “atividade-fim” (Layrargues, 1999). Segundo, a dispensa da *reflexão* que permita a compreensão dos fundamentos e relações causais dos problemas ambientais. Alegam-se duas justificativas para fundamentar o incentivo a uma prática do agir dissociada a do refletir: primeiro, o sentido da urgência e imediatismo em resolver a crise que tende a se magnificar a todo instante; depois, porque não vem ao caso debater e acusar quem foi o responsável pela crise, pois isso seria água passada, o importante seria pactuar um novo futuro comum onde haja cooperação e solidariedade, ao estilo das recomendações da Comissão Brundtland (1988). Essa ausência de reflexão deriva da crença na neutralidade da ciência e da tecnologia e resulta em uma percepção superficial e despolitizada das relações sociais e de suas interações com o ambiente. Advoga, assim, uma prática descomprometida com a teoria, advoga a ação sem a reflexão, no clássico formato ideológico conservador. A lógica e a

repetitividade dos programas de estímulo e a divulgação às “melhores práticas de sustentabilidade”, bem como campanhas interativas, a exemplo da “Hora do Planeta” e festivais culturais e de entretenimento como a “Green Nation Fest”, encaixam-se nessa perspectiva, como um forte instrumento ideológico de propaganda e cristalização desse caráter reducionista.

Concebe meio ambiente como um conjunto de recursos naturais em processo de esgotamento – e destituído de componentes sociais –, combate o desperdício e promove a revisão do paradigma do lixo, que passa a ser concebido como resíduo que pode e deve ser reinserido no metabolismo industrial. Essa macrotendência poderia ter apresentado uma leitura crítica da realidade se tivesse aproveitado o potencial da reflexão sobre o padrão do lixo gerado pelo modelo de produção e consumo advindos do pós-guerra, pautado pelo consumismo, obsolescência planejada e descartabilidade. Mas sua trajetória apontou ideologicamente para um viés pragmático, como uma compensação para corrigir uma “imperfeição” do modelo: o aumento do lixo que necessariamente deve ser reciclado para manter o ritmo do crescimento da economia.

Aceita a mercantilização da natureza e desconsidera a desigual distribuição dos custos e benefícios da apropriação da natureza e resulta na promoção de reformas setoriais sem questionar seus fundamentos, ao estilo do conservadorismo dinâmico, reduzindo a possibilidade de enfrentamento político da crise, afastando-se da radicalidade da crítica anticapitalista e da construção de um projeto societário alternativo.

E, de fato, essa macrotendência parece representar o modelo ideal de Educação Ambiental ajustado ao contexto neoliberal de redução do Estado e adequado aos interesses do Mercado. É expressão do ambientalismo de resultados, também conhecido como ambientalismo pragmático ou ecologismo de livre mercado, na medida em que confia nas forças de Mercado para lidar com a crise; apela ao bom-senso dos indivíduos-consumidores para que sacrifiquem um pouco do seu padrão de conforto no âmbito privado e convoca a responsabilidade das empresas para que renunciem a uma fração de seus benefícios em nome da sustentabilidade. Tudo que for possível ser feito para que não seja necessário ao Estado ter que intervir na economia em função da gravidade dos constrangimentos ambientais. A Educação Ambiental aqui representa tão somente o papel daquilo que é esperado pelas forças do Mercado, instruindo, tanto o empresário, como o consumidor sobre aquilo que em tempos de crise ambiental passa a ser politicamente correto e necessário fazer para minimizá-la, afastando

cautelosamente a perspectiva da intervenção estatal na economia: ao produtor, cabe inserir procedimentos de gestão ambiental empresarial nas instalações e sistemas produtivos, devidamente divulgados pelas estratégias de *marketing* ambiental; permitindo ao consumidor fechar o novo ciclo dessa relação produção-consumo instituída no marco da crise ambiental, premiando as empresas verdes com suas escolhas no ato do consumo pautado por novos parâmetros, identificados pelos selos verdes em geral. E cabe alinhadamente a ambos destinarem corretamente os resíduos da produção e do consumo, para reinseri-los no metabolismo industrial. Assim, essa Educação Ambiental desempenha a função de substituta do papel regulador no Estado Liberal, que abre mão de regulamentar a produção e usos da propriedade privada naquilo que mantém correlação com a questão ambiental, especialmente no que diz respeito ao *input* e *output* do metabolismo industrial: o esgotamento dos recursos naturais e a poluição desenfreada, respectivamente. Essa Educação Ambiental, dominada e aprisionada, passa a representar unicamente uma simples engrenagem do mecanismo de autorregulação do Mercado para assumir os constrangimentos ambientais – sempre dentro da sua própria lógica. É bem sintomático inclusive, constatar haver um projeto de lei (PL 4361/12) que destina certo percentual das multas aplicadas por órgãos integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente para políticas e ações de Educação Ambiental: trata-se de estimular a potencia de ação da Educação Ambiental como um genuíno mecanismo de “compensação do risco” da redução do Estado regulador.

Cumprir destacar ainda que a *macrotendência Pragmática* representa uma derivação histórica da *macrotendência Conservacionista*, na medida em que é sua adaptação ao novo contexto social, econômico e tecnológico: o conservacionismo precisou se adequar às mudanças tecnológicas e econômicas e às pressões do mercado por mudanças cosméticas dentro da ordem vigente. Por isso as macrotendências Conservacionista e Pragmática representam duas faces e dois momentos de uma mesma linhagem de pensamento – o conservador –, que foi se ajustando aos desdobramentos econômicos e políticos até ganhar a atual face modernizada, neoliberal e pragmática que hoje a caracteriza. A diferença é que, se para a opção Conservacionista há uma aparente indiferença com relação à manutenção ou transformação do projeto societário em curso, para a opção Pragmática, o que está em jogo é exatamente a continuidade desse projeto, que precisa permanecer ideologicamente ocultado. Por isso, para todos os efeitos, podemos considerar que a macrotendência Pragmática é a representação do projeto educativo em relação ao meio ambiente para aquilo que poderia vir a ser um regime político ecocapitalista.

Por sua vez, a *macrotendência Crítica*, por conceber o problema ambiental associado ao conflito social e incluir no debate a compreensão dos mecanismos da reprodução social e de que a relação entre o ser humano e a natureza é mediada por relações socioculturais e de classes historicamente construídas, por apresentar uma abordagem pedagógica contextualizadora e problematizadora das contradições do modelo de desenvolvimento e dos mecanismos de acumulação do Capital, por lutar contra as formas de autoritarismo, opressão, exploração e domínio, por politizar o debate ambiental, articular as diversas dimensões da questão ambiental e sustentabilidade e por buscar o enfrentamento político por meio da pedagogia do conflito para a superação da desigualdade e injustiça ambiental, sua própria natureza parece ser a expressão político-pedagógica que mais se aproxima da radicalidade da crítica anticapitalista e da construção de um projeto societário alternativo.

Enfim, o fato é que, ideologicamente, a Educação Ambiental se encontra situada entre a radicalidade da crítica anticapitalista e o pragmatismo hegemônico neoliberal do Mercado. Situa-se entre dois projetos societários distintos, com propostas civilizatórias diferentes. E é aí que está o cerne da disputa ideológica a que todo e qualquer educador ambiental se encontra, querendo ou não, sabendo ou não. A práxis da Educação Ambiental pode deslizar toda sua potencialidade nesse eixo entre os dois polos, inclusive combinando elementos contraditórios, seja ingênua ou propositadamente. As opções estão dadas, e cabem aos responsáveis pelas políticas, programas e projetos de Educação Ambiental, as escolhas a fazer. Ao conceber e aplicar uma intervenção qualquer em Educação Ambiental, que projeto societário se tem em mente?

O cenário atual das macrotendências da Educação Ambiental no Brasil:

Mas enfim, onde exatamente esses tipos ideais weberianos das macrotendências podem se materializar no interior da sociedade brasileira? Quais são seus protagonistas, em quais grupos sociais e instituições manifestam seus enunciados e reproduzem seus sentidos? Quais são as expressões que se podem identificar, no concreto, a presença de elementos constituintes de cada uma dessas macrotendências? Afinal, quem ocupa as posições de hegemonia e contra-hegemonia e que relações podem ser estabelecidas no diálogo com as disputas pela hegemonia no Campo Social do Ambientalismo?

A macrotendência Conservacionista pode ser percebida na Educação Ambiental Formal, Não Formal e Informal, está presente em práticas no contexto de áreas protegidas e unidades de

conservação, nas atividades de ecoturismo e senso percepção em ambientes naturais com forte expressão da biodiversidade ou de biomas especiais sob regime de proteção ambiental. Tem uma sintonia muito forte com a faixa etária infantil em idade escolar, na perspectiva de se trabalhar a ideia do amor à natureza, na lógica do “conhecer para amar, amar para preservar”, mote sensibilizador bastante presente. Seus protagonistas podem ser encontrados especialmente em organizações não-governamentais, empresas de consultoria e em propriedades rurais com programas de turismo ecológico em geral e agroecológico em particular. É uma vertente histórica, forte e bem consolidada entre seus expoentes mais nucleares no Campo Social, apesar de ter deixado de ser hegemônica desde o início dos anos 90, quando desponta a macrotendência Pragmática.

A macrotendência Pragmática pode ser percebida na Educação Ambiental Formal e Não Formal, mas é na Informal que se encontra em plenitude e com altíssima capacidade de crescimento e renovação. A mídia tem se constituído numa ferramenta bastante eficiente para reproduzir seus valores no tecido social. Além da mídia, está presente com protagonismo em programas empresariais internos aos trabalhadores e externos, à comunidade vizinha ou ao público consumidor, como uma ação de responsabilidade social irradiando-se para outros espaços institucionais como escolas, universidades, órgãos públicos e organizações não-governamentais. Se expressa também por meio da lógica das “estruturas educadoras” (Matarezi, 2005) nos *espaços educadores sustentáveis* presentes nas escolas e universidades, ambientes propícios para reverberar a voz ideológica hegemônica. Tem também uma sintonia muito forte com a faixa etária infantil em idade escolar, na perspectiva de se trabalhar a ideia de um planeta limpo para as gerações futuras, trabalhando as ideias da reciclagem e reaproveitamento dos resíduos. Encontra-se nas atividades ligadas à gestão de resíduos, sistemas de gestão ambiental empresarial, marketing verde, elaboração e difusão de indicadores ambientais, eco-tecnologias e eco-eficiência, contabilidade ambiental e valoração de serviços ecossistêmicos, e demais temas da pauta marrom, agregando a questão urbana, demográfica, industrial e econômica. Se expressa também por meio de campanhas comunicativas para o telespectador, mutirões e ações diretas de grande impacto midiático na população. Conta com a adesão e simpatia de personalidades artísticas e públicas que se mobilizam ou convidam o público; e que, por gozarem de prestígio social de notório reconhecimento, portam o caráter ideológico intimidador do “discurso competente” (Chauí, 2001), com o efeito demonstrativo de essas ações de fato representarem o desgastado mas eficiente discurso de que a contribuição individual faz a diferença. O *slogan* “cada um faz a

sua parte” que “o meio ambiente agradece” é o centro dessa narrativa, que se pretende manter vivo e forte a qualquer custo na configuração do que venha a ser um sujeito ecologicamente correto.

O atual contexto em que a economia de mercado impõe seus valores e sua lógica, e em que o padrão de consumo de bens eletrônicos desponta como um símbolo de bem-estar e modernidade representa uma conjuntura favorável para a ascensão da macrotendência Pragmática, produzindo novos e polêmicos sentidos identitários para a Educação Ambiental e despontando como a tendência mais presente na atualidade. Por esse motivo, a macrotendência Pragmática está na *posição ideológica hegemônica dentro do Campo Social da Educação Ambiental*, muito também como reflexo natural das condições sociais, alinhada à dominância do ecocapitalismo no Ambientalismo.

A macrotendência Crítica, apesar de sua crescente expansão, encontra-se ainda restrita quase exclusivamente ao âmbito da pós-graduação na universidade, seu maior “reduto” político, produzindo conhecimento social e politicamente engajado, por meio de reflexões e análises acadêmicas que apresentam as características teóricas e metodológicas da Educação Ambiental Crítica e que expõem as contradições do atual modelo de desenvolvimento, a exemplo do Laboratório de Investigações em Educação, Ambiente e Sociedade da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, um dos centros difusores dos pressupostos da Educação Ambiental Crítica no país. Lançando articulações ainda iniciais com movimentos sociais, notadamente aqueles envolvidos com as lutas por justiça ambiental; é bem recebida por órgãos públicos e ONGs, embora com discurso superficial e muitas vezes desarticulado com relação às propostas programáticas. A macrotendência Crítica é aquela que *aparenta apresentar respostas adequadas* para transformar sociedades desiguais e insustentáveis, e sua posição perante o poder no Campo Social da Educação Ambiental é de contra-hegemonia.

A dinâmica geopolítica e econômica brasileira e sua relação com a pauta ambiental:

A realidade geopolítica e econômica brasileira e latino-americana apresenta o território como o espaço de realização do Capital em seu voraz processo de acumulação primitiva (Leher, 2007). A América Latina, e em particular o Brasil, país de dimensões continentais, possui uma conjunção de ingredientes extremamente favoráveis à acumulação primitiva do Capital, em relação aos demais continentes: água doce abundante, energia fóssil e hidrelétrica

abundante, alto potencial de energias alternativas, mão de obra pouco qualificada abundante e barata, terras férteis e baratas, significativa biodiversidade, climas favoráveis a diversos tipos de exploração dos recursos naturais e agrícolas, democracias relativamente estáveis, alto potencial de apropriação privada dos bens ambientais. Nenhum outro continente dispõe do conjunto desses fatores tão favoráveis à implantação de indústrias de papel e celulose, plantas sucroalcooleiras, cultivo de soja, milho e demais *commodities* internacionais, pecuária, exploração mineral, aí incluído petróleo e gás natural e sal marinho, e exploração da biodiversidade, também realizada ficticiamente por meio do pagamento de serviços ecossistêmicos.

E, para mobilizar toda essa produção de riqueza, há à disposição do Capital todo o investimento em infraestrutura necessária para a realização desse projeto de acumulação do Capital: zoneamento ecológico-econômico e demais instrumentos de ordenamento do território para conferir legalidade no direito do uso privado da terra; hidrelétricas, termoeletricas e outras fontes de energia para investir na produção; transposição de rios para levar água para regiões de fronteira do desenvolvimentismo explorando a lógica da “água virtual”; siderúrgicas e complexos petroquímicos para transformar a produção; rodovias, ferrovias, hidrovias reformadas ou melhoradas para o escoamento dos produtos; portos, aeroportos e terminais portuários para o envio dessa produção aos centros de consumo destinatários. A expressão visível desse modelo de exploração pode ser encontrada na Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional da América Latina e no Programa de Aceleração do Crescimento do governo federal (Leher, 2007), com obras de engenharia de grande porte por todos os cantos do país, mesmo que acompanhadas de ampliação da malha de saneamento básico urbano, de processos de despoluição de corpos d’água, de um plano de prevenção dos riscos associados aos desastres ambientais, como algumas das expressões da dimensão ambiental presente no referido Programa.

E para manter ativo esse fluxo de realização do Capital no território brasileiro, há também o uso de artifícios nem tanto éticos de subtrair algumas conquistas na gestão ambiental brasileira, como a redução das áreas nas unidades de conservação, para dar lugar ao preenchimento de reservatórios d’água para abastecimento de plantas hidrelétricas; a mudança no Código Florestal, a pretexto de atualizá-lo para manter o proprietário rural dentro da legalidade jurídica; a proposta de mudança no Código de Mineração, para ter maior facilidade de acesso e uso dos minerais como calcário nos afloramentos rochosos e cavernas,

para a produção de cimento e corretivo de solo para agricultura; a tendência predominante em muitas unidades da federação, para simplificar o procedimento de licenciamento ambiental das algumas atividades econômicas potencialmente impactantes, uma política a pretexto de lidar com a realidade do sucateamento dos órgãos ambientais públicos carentes de recursos humanos; todos esses fatores concorrendo para facilitar o processo de produção e acumulação da riqueza.

É imperativo ainda constatar que os mecanismos de controle e dominação do poder hegemônico tendem a aumentar sua eficácia na medida em que se tecnificam e se tornam objeto de controle perito, dominando apenas pelo mundo dos especialistas técnicos. Não seria insensato supor que uma grande intencionalidade do projeto de alteração o Código Florestal brasileiro seja de se obter uma margem de controle ainda maior do que já se tem sobre todo o circuito produtivo do agronegócio: aquilo que aos olhos de um ecologista pode parecer um tiro no pé, ou seja, suprimir exatamente os benefícios dos serviços ambientais ecossistêmicos, na realidade está apenas transferindo-se a posse desse serviço. Se antes o serviço ecossistêmico era gratuito e natural, agora é pago e é artificial, prestado pela tecnologia. E toda a engenhosidade (para não dizer perversidade) está no significativo aumento da dependência técnica da produção agrária, sobretudo em tempos de mudanças climáticas e toda sua instabilidade no regime meteorológico: o que parece ser um contra-senso ecologista, como se abrir mão da proteção natural do solo, da fertilidade da terra, da água pura e abundante, dos climas estáveis e seguros, para se cultivar tudo aquilo que o ser humano necessita, na verdade é uma estratégia a mais de acumulação do Capital articulada à geração de dependência e dominação por meio das relações de produção. Cada vez mais os produtores rurais tornar-se-ão dependentes de uma estrutura produtiva criada para produzir e acumular a riqueza altamente controladora, hierarquizada e centralizadora. Estarão reféns de novas gerações de cultivares melhores adaptados às intempéries e às “pragas” (isso com certeza sem se abrir mão da transgenia); de novas gerações de insumos agrícolas capazes de lidar com o aumento do desgaste do solo e da fertilidade, problemas provavelmente majorados em função das mudanças climáticas, o que não é um problema para o Capital, ao contrário, pois sua natureza o converte em fonte de valor para a criação de novas mercadorias.

Em grande medida, essa estratégia, que se aplica na dimensão do novo rural, tem seu paralelo no mundo urbano-industrial, com a criação de todo aparato da indústria da despoluição (e não é por acaso que temos meio às pressas uma Política Nacional de Resíduos Sólidos), capaz de

acumular riquezas a partir do enfrentamento dos problemas ambientais. O mesmo sistema que nos trouxe à atual crise ambiental, trazendo a resposta: como diriam alguns, mais do mesmo...

Há toda uma intencionalidade de prosseguir com o atual projeto societário como projeto de construção nacional, beneficiando o atual estilo de desenvolvimento e os mecanismos clássicos de concentração de renda. O atual estilo de desenvolvimento é fruto de uma construção histórica, determinada pelas elites políticas e econômicas que acumulam enormes benefícios do modo de produção e da forma de organização social desse estilo de desenvolvimento, não é algo que paira no ar de forma independente dos desejos e ambições humanas.

É o reflexo dos valores e interesses de uma classe, que exploram os privilégios da geração da riqueza; mas a um custo, que é sua grande contradição: a externalização dos prejuízos desse modelo de produção, que envolve não apenas a gritante *ineficácia do metabolismo industrial*, que está sempre à beira do esgotamento de algum tipo de recurso e sempre à beira de soçobrar a civilização contemporânea na montanha de resíduos gerados em todo ciclo da produção e consumo; como também a gritante *injustiça ambiental* a que acomete significativa parcela da população brasileira, aquela que vive sua vida simples e frugal, modesta e honesta, no interior do país, nos pequenos municípios, nas zonas rurais, nos vilarejos e povoados na vastidão do território nacional, com suas chácaras, hortas, roças, quintais, cuidando do seu sustento diário com as próprias mãos, cuidando da terra, do plantio, do pescado, da criação animal doméstica e comunitária. Aquela gente simples, genuína, mas que, por uma infelicidade do destino, teve suas trajetórias de vidas cruzadas pela lança recente do desenvolvimentismo, surgindo no seu horizonte com suas máquinas de ferro e fumaça devastando matas e florestas, rios e mares, ameaçando a continuidade das vidas de indígenas, caiçaras, geraizeiros, faxinalenses, sertanejos, caboclos, quilombolas, ribeirinhos, seringueiros, quebradeiras de coco babaçu, pescadores artesanais, agricultores familiares, e todo o conjunto das populações tradicionais e das populações marginalizadas sobrevivendo nas periferias urbanas sob condições de grave risco ambiental geotécnico, em função do infeliz cruzamento da omissão com relação às políticas habitacionais com a instabilidade do terreno onde vivem suas vidas privadas, em encostas de morros, em beiras de rios, em áreas facilmente inundáveis pelas chuvas, em periferias de distritos industriais e mesmo em ambientes de trabalho insalubres.

É nesse desastroso encontro desses modos originais e originários de viver com o novo horizonte desenvolvimentista que não apenas se verificam os impactos ambientais, mas as

injustiças e desigualdades ambientais. É a constatação explícita das contradições desse modelo de desenvolvimento: um modelo de desenvolvimento onde aqueles que se apoderam dos benefícios da produção e acumulação da riqueza decidem a destinação dos custos inerentes desse processo. E assim configuram-se as “zonas de sacrifício” impostas pela elite ao povo, imagem de figura que nem retrata com a fidelidade que deveria a verdadeira situação de tragédia nacional com que os casos de conflitos e injustiça ambiental se multiplicam diariamente. A imagem do sacrifício não traduz a representação da realidade, visto que o sacrifício costuma ser de um único sujeito em favor de toda uma coletividade. Aqui, parece que os papéis se inverteram, é toda uma enorme massa de famílias que precisam se sacrificar sendo impedidas, desalojadas, remanejadas, assassinadas e muitas vezes também afetadas severamente pela poluição e degradação ambiental, tudo em nome da realização de um projeto societário que não lhes diz respeito, em absoluto. Quem disse que as classes sociais acabaram? Parece que estamos testemunhando a luta de classes, e não se trata de uma luta ritualizada, que ocorre no plano abstrato; sua realidade é fria e cruel, rivalizando o objeto dessa disputa desigual em todos os parâmetros imagináveis, a definição do projeto societário que se quer: *elitista* ou *popular*. E para lembrar a nossa questão transversal a considerar: qual projeto societário a Educação Ambiental brasileira deseja construir?

E como se esses dois prejuízos não bastassem, há ainda um terceiro elemento dessa externalização que revela as contradições desse modelo de produção, que é o de situar o mundo contemporâneo constantemente na situação de *risco*. Não por acaso a sociologia ambiental acostudou-se com esse jargão da “sociedade de risco”, mas a rigor, o que está no fundamento dessa lógica é que o Capital gera valor exatamente a partir das situações de risco. Ou seja, é uma falácia imaginarmos que o Capital “está em crise”, pois o Capital “é” crise. A crise é seu alimento, é sua forma de evoluir, basta lembrar que, para a cultura oriental, a palavra crise tem dois sentidos interpretativos imbricados: simultaneamente risco e oportunidade. Quer dizer então que aquilo que vemos como um “risco” derivado de uma crise, como a climática, por exemplo, é assim de fato para as pessoas, mas não para o Capital, que produz crises, que nada mais são do que suas “oportunidades” intencionais de realização de acumulação de riqueza. É bom para a hegemonia, portanto, que se pense que o Capital de vez em quando passa por crises – e não que as cria intencionalmente para evoluir –, pois assim ele pode trabalhar de modo despercebido e não suscitar movimentos de contestação por essa irracionalidade.

São, portanto, as perspectivas de um projeto societário alternativo e popular que envolva atributos relativos ao *risco* como *segurança* ou *incerteza*, que dividem o mundo moderno em suas distintas classes sociais, nada muito diferente desde que o projeto civilizatório teve início, separando um tronco imanente na natureza, aquele das populações tradicionais, que fizeram a opção cultural pela segurança oferecida na obediência dos limites naturais; do tronco transcendente na natureza, que derivou no atual projeto de modernidade, impondo o valor da liberdade da ultrapassagem dos limites da natureza. Não por acaso, constata-se, no cenário latino-americano, uma nova onda de resistência política e cultural, presente nas culturas indígenas andinas, manifestada pelo conceito do *Buen Vivir*. Há quem, inclusive, advogue a favor da criação de um Pensamento Ambiental Latino-Americano, a exemplo do *Manifesto pela Vida*, uma plataforma política rigorosamente sensata em termos acadêmicos, como vozes da contra-hegemonia anunciando o projeto desse outro desenho societário anticapitalista.

Advertimos ainda que, na mesma proporção, aquilo que para a *crítica anticapitalista* é a identificação e denúncia das *contradições do sistema, objetivando ultrapassá-lo*, para a *posição hegemônica do poder*, trata-se da escuta da “*consciência crítica*” do sistema, *objetivando corrigir suas imperfeições e portanto, aprimorá-lo*. Ou seja, em função do movimento dialético entre hegemonia e contra-hegemonia, a mesma questão – a análise do sistema – pode ser capturada segundo interesses opostos. Assim, o resultado ideológico não pode ser diferente da modernização conservadora, onde se alteram elementos superficiais, que, se retirados, não vão interferir em nada na vitalidade da reprodução social do sistema, pois seus elementos essenciais determinantes de sua lógica de organização e funcionamento estão sempre bem protegidos, escondidos dos olhares curiosos tentando desvendar suas contradições.

Considerações finais: o que esperar da Educação Ambiental Crítica em tempos de Rio+20 e Economia Verde?

Considerando que a conjuntura apresentada nesse ensaio *inviabiliza ou pelo menos dificulta* a tarefa da transformação social para um novo projeto societário anticapitalista, como advoga a macrovertente Crítica da Educação Ambiental, e considerando que essa conjuntura aponta para uma *crise e contradição* na Educação Ambiental brasileira, acreditamos que a superação desse quadro possa ser ensaiada com um esforço coletivo.

E qual pode ser a agenda política comum, que dê sinergia e potência de ação não apenas para os protagonistas da Educação Ambiental Crítica, que precisam encontrar meios de superar a contradição neste Campo Social, mas para todos aqueles engajados na luta por um mundo sustentavelmente justo? A partir da análise do quadro atual e tendencial, que elementos de uma estratégia política podem ser convocados na direção desse enfrentamento mútuo da contradição interna da Educação Ambiental e na articulação externa com outros vetores afinados com a transformação social por outro projeto societário? Essa pauta política, poderia orientar-se pelo(a):

- Adensamento epistemológico dos conceitos estruturantes da Educação Ambiental Crítica e sua ampla disseminação: apesar do amplo trabalho acadêmico já realizado de aprofundar e detalhar toda dimensão conceitual teórica e metodológica da Educação Ambiental Crítica, essa tarefa exige continuidade e permanência, em função do contínuo diálogo estabelecido com as forças hegemônicas que permanentemente projetam seus artifícios de manutenção dos valores e visões dominantes. Manuais didáticos podem ser especialmente úteis para o caso das vítimas da armadilha paradigmática e/ou da modernização conservadora, que ideologicamente captura intencionalidades político-pedagógicas manifestadas como críticas, mas que, contraditória e ingenuamente, acabam exercendo sua práxis de modo pragmático ou conservacionista. Aqui abre-se um diálogo tanto com os processos formativos em Educação Ambiental, como um novo e potencial campo de investigação científica, analisando a realidade das relações entre as macrotendências político-pedagógicas da Educação Ambiental.
- Resignificação dos temas abordados pela Educação Ambiental Conservacionista e Pragmática. Se para a macrotendência Conservacionista essa é uma tarefa difícil (pois envolve uma certa distância dos fenômenos que se tem como objeto de atenção pedagógica – extinção de espécies, queimadas, tráfico de fauna silvestre, entre tantos outros em torno da gestão da biodiversidade – com relação às relações causais que uma análise de conjuntura poderia evidenciar, como o modelo que determina o sistema sócio-político que vivemos, o estilo de desenvolvimento adotado, os meios de produção e modos de organização social que estão na raiz naquele problema ambiental particularizado em evidência nas ações de Educação Ambiental); por outro lado, para a macrotendência Pragmática essa tarefa já é um pouco menos complicada de

empreender. A dificuldade aqui está no fato de estarmos lidando frente a frente com a posição hegemônica, ou seja, a que tem à sua disposição um enorme investimento de capital simbólico para reproduzir sua lógica. Não se trata de controlar ou enquadrar, não se trata de obrigar a desistir de uma opção político-pedagógica considerada ingênua, reformista; para o caso da cooptação ideológica. Trata-se de estimular a inclusão de novos ingredientes enriquecedores dessas práticas educativas conservacionistas e pragmáticas, para ampliarem seu escopo e significados mais afinados com os preceitos de uma educação problematizadora e engajada na luta por outra sociedade, para assumirem suas problemáticas como “temas-geradores” e não apenas uma atividade-fim (Layrargues, 1999).

- Envolvimento com processos da Educação Ambiental Informal (Mídia); essa perspectiva pode ser especialmente determinante para enfrentar a hegemonia do pragmatismo na Educação Ambiental Informal, intencional, pois se trata da voz ideológica dominante valendo-se do artifício da propaganda cultural para reproduzir seus valores e práticas.
- Articulação com Serviço Social, Eco-Socialismo e Movimentos por Justiça Ambiental, por se tratarem de perspectivas contra-hegemônicas com interfaces e complementaridades na crítica anticapitalista a partir do debate ambiental¹, objetivando a conquista de um novo patamar na relação do poder não apenas dentro do Campo Social da Educação Ambiental, mas no movimento articulado pelas forças sociais e políticas engajadas na transformação social pela construção de outro projeto societário. E um ótimo exemplo, que já vale a pena registrar como um sinal de esperança muito visível, pode ser encontrado na iniciativa do Instituto Mais Democracia, que por meio da criação do Índice de Poder Acumulado, procura identificar quem são os proprietários do Brasil; em outras palavras, onde realmente está a tão idealizada e distante da realidade “concentração de renda”, em que mãos concretas se concentram a riqueza econômica e o poder político no país. Quem controla as principais empresas e como elas se relacionam com o Estado são as preocupações na expectativa do trabalho político-pedagógico do desvelamento ideológico da realidade.

¹ A respeito dessas articulações, ver Layrargues (2012), Loureiro e Layrargues (2012).

Transversalmente a essa pauta política, fica a inadiável tarefa da denúncia pedagógica dos discursos ideológicos da hegemonia, problematizadora dos elementos argumentativos que apresentam a visão de mundo pautada pela Modernização Conservadora, aludindo ao sentido de urgência absoluta da crise ambiental, o esgotamento dos recursos naturais, o acúmulo de lixo, “nosso futuro comum”, etc. Verdades sim, mas incompletas.

Se for possível pensar o amadurecimento do Campo Social da Educação Ambiental com uma visão evolutiva etapista, culminando nas características enunciadas para o tipo ideal da perspectiva crítica; poderia se esperar a ocorrência de um processo de transição das macrotendências Conservacionista e Pragmática em direção à Crítica. Mas claro que esse processo ocorreria no seio dos embates ideológicos, no confronto das forças políticas hegemônicas que procuram permanentemente difundir sua compreensão de Educação Ambiental como instrumento para corrigir as imperfeições do atual modelo desenvolvimentista, com as forças políticas contra-hegemônicas, que procuram as brechas abertas pelo sistema manifestadas pelas suas contradições, para, a partir do ponto da denúncia pedagógica, por meio da pedagogia do conflito, atuar pedagógica e politicamente no enfrentamento dessa realidade imediata, muitas vezes equivalente ao enfrentamento da injustiça ambiental, e sempre articulando a práxis com a necessária crítica ao sistema, expondo suas contradições. Nesse contexto, seria desejável haver uma intencionalidade da Educação Ambiental Crítica em se aproximar e dialogar com as lógicas das macrotendências Conservacionista e Pragmática, para auxiliá-las na emancipação do domínio simbólico que se encontram submetidas.

Por fim, uma importante e certamente polêmica questão pode despontar como consequência dessa reflexão: práticas pedagógicas automeadas de Educação Ambiental, mas que se encontram presas na contradição entre teoria e prática, que permanecem alienadas aos pressupostos e princípios da Educação Ambiental desde Tbilisi, poderiam continuar sendo consideradas ainda como “Educação Ambiental”? Se o tipo ideal da Educação Ambiental definido desde Tbilisi aproxima-se do perfil da macrotendência Crítica, os modelos das macrotendências Conservacionista e Pragmática seriam realmente “Educação Ambiental”? Na mesma proporção; indivíduos que se nomeiam como educadores ambientais, por partilhar do ideário de identificação com o Campo Social da Educação Ambiental; mas que não possuem uma formação específica em Educação Ambiental, a partir de um currículo mínimo que dê

conta de subsidiar esse educador ambiental a compreender seu papel social na construção de um projeto societário; poderiam ainda ser nomeados “Educadores Ambientais”?

Referências Bibliográficas

AVANZI, M.R. Ecopedagogia. In: LAYRARGUES, P.P. (Org.) *Identidades da Educação Ambiental Brasileira*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. 2004. p. 35-49.

BENYUS, J.M. *Biomimicry: innovation inspired by Nature*. New York: William Morrow. 1997.

BOURDIEU, P. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

_____. *Lições da aula*. São Paulo: Editora Ática, 2001.

CARVALHO, I.C. de M. A configuração do campo de pesquisa em Educação Ambiental: considerações sobre nossos autorretratos. In: *Pesquisa em Educação Ambiental*, 4(2):127-134. 2009.

CHAUÍ, M. *Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas*. 9ª ed., São Paulo: Cortez, 2001.

CHESNAIS, F. Écologie, luttres sociales et projet révolutionnaire pour le 21^e siècle. In: GAY, V. (Coord.) *Pistes pour un anticapitalisme vert*. Paris: Syllepse. 2010.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Nosso Futuro Comum*. Rio de Janeiro: Editora FGV. 1988.

GADOTTI, M. *Pedagogia da Terra*. São Paulo: Peirópolis. 2000.

GRAMSCI, A. *Concepção Dialética da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1987.

GUIMARÃES, M. Armadilha paradigmática na Educação Ambiental. In: LOUREIRO, C.F.B.; LAYRARGUES, P.P.; CASTRO, R.S. de. (Orgs.) *Pensamento complexo, dialética e educação ambiental*. São Paulo: Cortez. 2006. p. 15-29.

GUTIÉRREZ, F.; PRADO, C. *Ecopedagogia e cidadania planetária*. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire. 1999.

LAYRARGUES, P.P. Das margens ao centro: desafios do Serviço Social frente à questão socioambiental. In: *Katálysis*, v.15, n.1, p.9-13, jan./jun. 2012.

_____. & LIMA, G.F. da C. Mapeando as macro-tendências político-pedagógicas da Educação Ambiental contemporânea no Brasil. *Anais do VI Encontro "Pesquisa em Educação Ambiental"*. Ribeirão Preto: USP. 2011.

_____. *Identidades da Educação Ambiental Brasileira*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. 2004.

_____. A resolução de problemas ambientais locais deve ser um tema-gerador ou a atividade-fim da educação ambiental? In: REIGOTA, M. (Org.). *Verde cotidiano: o meio ambiente em discussão*. Rio de Janeiro: DP&A Editora. 1999. p. 131-148.

LEHER, R. Iniciativa para a Integração da Infra-Estrutura Regional da América Latina, Plano de Aceleração do Crescimento e a questão ambiental: desafios epistêmicos. In: LOUREIRO, C.F.B. (Org.) *A questão ambiental no pensamento crítico: natureza, trabalho e educação*. Rio de Janeiro: Quartet. 2007. p. 223-255.

LEROY, J.-P.; PACHECO, T. Dilemas de uma educação em tempo de crise. In: LOUREIRO, C.F.B.; LAYRARGUES, P.P.; CASTRO, R.S. de. (Orgs.) *Pensamento complexo, dialética e educação ambiental*. São Paulo: Cortez. 2006. p. 30-71.

LIMA, G.F. da. *Educação Ambiental no Brasil: formação, identidades e desafios*. Campinas: Papirus. 2011.

LOUREIRO, C.F.B. *Sustentabilidade e Educação: um olhar da ecologia política*. São Paulo: Cortez. 2012.

_____. *Trajetória e fundamentos da Educação Ambiental*. São Paulo: Cortez. 2004.

_____.; LAYRARGUES, P.P. Educação Ambiental Crítica e Movimento de Justiça Ambiental: perspectivas de aliança contra-hegemônica na construção de uma alternativa societária. No prelo (2012).

MARTINEZ-ALIER, J. *O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valorização*. São Paulo: Contexto. 2007.

MATAREZI, J. Estruturas e espaços educadores: quando espaços e estruturas se tornam educadores. In: FERRARO Jr., L.A. (Org.) *Encontros e Caminhos: formação de*

educadoras(es) ambientais e coletivos educadores. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. 2005. p. 161-173.

TOZONI-REIS, M.F. de C. *Educação ambiental: natureza, razão e história*. Campinas: Autores Associados. 2004.

TREIN, E. A contribuição do pensamento marxista à educação ambiental. In: LOUREIRO (Org.) *A questão ambiental no pensamento crítico: natureza, trabalho e educação*. Rio de Janeiro: Quartet. 2007. p. 113-134.

WEBER, M. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. São Paulo: Editora UnB / Imprensa Oficial. 1999.

Submissão: Outubro de 2012
Publicação: Dezembro de 2012